

## Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7

### **ATA** **64ª Reunião da Câmara Técnica** **Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos** **CTPLAGRHI** **DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS** **DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ** **CBH-SMT**

8 **Data:** 03 de maio de 2019  
9 **Local:** Núcleo UFSCAR Santa Rosália  
10 R. Maria Cinto de Biagi, 130, Jardim Santa Rosália  
11 Sorocaba, SP.

12  
13 A Câmara Técnica CTPLAGRHI reuniu seus membros e convidados. Na  
14 Ordem do Dia a pauta:

- 15 1) Atribuição da CTPLAGRHI,  
16 2) Eleição do coordenador e coordenador – adjunto,  
17 3) Grupos de trabalho - atribuição e definição de plano de  
18 Trabalho,  
19 3) Manifestação sobre o EIA -RIMA do Loteamento Misto Ecivitas  
20 Smart City,  
21 4) Informes

22 André Cordeiro, (Professor Doutor UFSCAR e Coordenador da CTPLAGRHI),  
23 abriu a reunião dando as boas-vindas e agradecendo as presenças. Esclareceu  
24 que entre outros temas deveriam decidir sobre a coordenação da CTPLAGRHI  
25 e, pelos informes, lembrou que 10 de maio seria o último dia para inscrição de  
26 projetos para captar recursos pelo comitê, sem adiamento, porque inclusive  
27 restaria apenas o mês de junho e começo de julho para avaliação dos pleitos e

28 a contratação dos projetos aprovados será realizada até 30 de dezembro de  
29 2019.

30 Maria Otília (CERISO) informou que realizaram a contratação do Plano de  
31 comunicação do comitê, que já está em andamento, assim como contrataram o  
32 Plano de saneamento, que por exigência do Agente técnico é necessário fazer  
33 o levantamento na legislação e a revisão dos Planos municipais, caso o  
34 Municípios possua, então necessitava ainda de documentação dos municípios  
35 de Anhembi, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Cabreúva, Conchas,  
36 Jumirim, Laranjal Paulista, Sarapuí e Torre de Pedra, que deveriam ser  
37 encaminhados ao CERISO-Consórcio Intermunicipal da Bacia. Iniciaram os  
38 trabalhos do Plano de gestão integrada dos resíduos sólidos para firmar  
39 convênio com os municípios através de um Termo de Adesão ao plano e, da  
40 mesma forma faltava o encaminhamento do Termo dos municípios de  
41 Alambari, Alumínio, Araçoiaba, Bofete, Cabreúva, Cesário Lange, Jumirim,  
42 Laranjal Paulista, Tietê e Votorantim. Cláudio Cutri Robles (Associação de  
43 Amigos Região Leste de Sorocaba) comentou sobre as dificuldades na gestão,  
44 das especificidades para a gestão dos resíduos sólidos e principalmente dentro  
45 das questões legais como o processo burocrático da licitação e a falta de  
46 recursos financeiros, com grande dificuldade para os municípios com mais de  
47 30.000 habitantes, e que o comitê de bacia deve ser o fórum adequado para  
48 promover esse debate. Maria Otília disse que justamente o plano era uma  
49 alternativa, levantando as questões críticas e depois propondo o prognóstico,  
50 por isso a Secretaria de Estado de Meio Ambiente elegeu a bacia para a  
51 execução do projeto, como plano piloto. Luiz Roberto Moretti, (Diretor da Bacia  
52 do Médio Tietê, no Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE)  
53 apresentou o projeto Gestão e Fiscalização dos usos em recursos hídricos na  
54 bacia SMT, agradecendo a oportunidade de explanação. Em síntese, o projeto  
55 já passou por um período de experiência, inclusive pela avaliação dos

56 resultados apresentados quando da sua implantação na bacia PCJ. Como  
57 constataram os bons resultados obtidos estavam apresentando para a  
58 viabilidade de implantação na bacia SMT, com a captação de recursos do  
59 comitê, tendo como tomadora a FABH-SMT. O DAEE estará diretamente  
60 envolvido no projeto dando o devido suporte. Depois de apresentar o histórico  
61 da implantação do projeto na bacia PCJ, tendo sido iniciado há 4 anos, em um  
62 escopo mais amplo apresenta dotação de capacidade ampliada no DAEE para  
63 elaboração e emissão das outorgas, as dispensas e a fiscalização dos usos  
64 dos recursos hídricos. O DAEE elaborou recentemente uma série de  
65 inovações, inclusive com simplificações, através de diversas Portarias  
66 relacionadas direta e indiretamente com as outorgas. A experiência no comitê  
67 PCJ, contando inclusive com apoio do GAEMA - Grupo de Apoio ao Meio  
68 Ambiente no Ministério Público, prevê rearranjo institucional para uso de  
69 funcionários, termo de parceria e cooperação com a FABH-SMT e DAEE, com  
70 abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada,  
71 envolvendo tanto o arranjo de dados para a elaboração de pareceres quanto o  
72 apoio à fiscalização, apoio inclusive ofertando veículos para deslocamento e  
73 toda a logística necessária, facilitando também a elaboração dos relatórios,  
74 porém a fiscalização ficará a cargo de um técnico do DAEE, aos moldes da  
75 experiência anterior, conforme executado no comitê PCJ, o que se pretende  
76 também para o comitê SMT. Serviços a serem contratados: análises técnicas,  
77 projetos, contratação de 2 engenheiros, 1 geólogo e 1 auxiliar de campo para  
78 executar diversas funções administrativas como a preparação e emissão de  
79 correspondência e envio aos correios e lançamentos de dados no banco de  
80 dados. As estimativas de metas são para aproximadamente 130 análises  
81 mensais requerimentos de usos e interferências no total de 1600 análises/ano  
82 e 600 fiscalizações anuais, com o sistema implementado e de acordo com a  
83 experiência de 4 anos no comitê PCJ. Estimativa de custos: gerando o custo

84 total de R\$1.600.000, para dois anos. Também será necessário a assinatura do  
85 Termo de cooperação técnica entre a FABH-SMT e o DAEE. Apontou que o  
86 projeto será extremamente importante para gestão dos recursos hídricos, pois  
87 poderá fornecer dados corretos das outorgas emitidas e para a fiscalização,  
88 verificando-se o cumprimento das decisões. Esclareceu que o projeto era um  
89 empreendimento de caráter regional e uma ferramenta importante para a  
90 gestão dos recursos hídricos na bacia. André agradeceu a exposição, e por  
91 poderem ter conhecimento mais detalhado do projeto e da proposta, disse que  
92 seria mais um projeto a ser discutido no conjunto dos demais projetos  
93 pleiteadores de recursos, com base nas demandas do comitê, e futuramente  
94 poderiam discutir com o projeto com mais profundidade.

95 Pelo item 1) Atribuição da CTPLAGRHI; e 2) Eleição do coordenador e  
96 coordenador adjunto, trataram da eleição da coordenação da CTPLAGRHI,  
97 André Cordeiro, colocou a Coordenação à disposição. Não havendo candidatos  
98 se candidatou para continuidade nos próximos 2 anos e foi aprovado por  
99 aclamação, também foi aprovada por aclamação Rosângela César como  
100 Coordenadora Adjunta. André agradeceu o apoio e a confiança depositada.

101 Pelo item 3) Grupos de trabalho - atribuição e definição de plano de Trabalho,  
102 consideraram a Deliberação que criou a Câmara técnica CTPLAGRHI,  
103 incluindo 1 membro como representante do DAEE e 1 pela CETESB.  
104 Esclareceu que na mesma Deliberação está previsto o Plano de trabalho da  
105 Câmara no biênio 2019-20, ressaltando que não havia nada essencialmente  
106 diferente das atividades realizadas até então, como elaborar relatórios e  
107 pareceres, estudos técnicos, sobre projetos de interesse na bacia, acompanhar  
108 a elaboração do PERH, avaliar, acompanhar e aprovar o Relatório de Situação  
109 até julho/2019, gestão dos pleitos FEHIDRO e com os recursos da cobrança do  
110 comitê, entre outros. Apresentou os Grupos de trabalhos-GT vinculados à  
111 Câmara: GT Enquadramento, GT Bacias Regionais, que tem como principal

112 objetivo definir metodologia de trabalho para chamadas "bacias regionais", GT  
113 Cobrança, UGP e o GT Assuntos institucionais, que tem como trabalho rever o  
114 Estatuto e elaborar proposta de Regimento para o CBH-SMT. Foi esclarecido  
115 ainda que o GT PSA-Pagamento por serviços ambientais está a cargo da CT  
116 Proteção das Águas. Comunicado também que faltam indicações de alguns  
117 membros para a composição dos GTs, e sugeriu o agendamento de uma  
118 reunião específica para definição dos GTs em conformidade com seus  
119 respectivos planos de trabalho, lembrando inclusive que os Grupos têm o  
120 começo, meio e fim para execução dos trabalhos, e André solicitou para James  
121 Martins (FABH-SMT) organizar e convocar uma reunião específica para a  
122 composição dos GTs, além da definição do plano de trabalho, também surgiu a  
123 proposta de criação da Câmara Técnica Rural, o que foi corroborada por  
124 Wendell Vanderlei (Vice-presidente do CBH-SMT), André disse que era uma  
125 questão também a ser discutida com a plenária do comitê, mas poderiam  
126 elaborar devidamente a proposta na mesma reunião de trabalho. Abriu então  
127 para colher sugestões e opiniões sobre os planos de trabalhos. Cláudio Robles  
128 disse sobre a importância de tratarmos o rio Pirajibu e sua bacia, elaborando  
129 planos para acompanhamento e composição de dados relevantes sobre a  
130 bacia e sua interface com os órgãos ambientais CETESB e DAEE. André disse  
131 que seria um tema conveniente para ser tratado no GT Bacias Regionais.  
132 Houve debates também sobre a participação de técnicos nas Câmaras técnicas  
133 e FABH-SMT, mas também foi levantada igualmente a importância do cidadão  
134 comum participar dos debates e, especialmente do Plano de bacia, tendo em  
135 vista o conceito da água como bem comum.

136 Ainda sobre a Deliberação, foi destacado, em parágrafo único, a participação  
137 do CERISO como membro da CTPLAGRHI, até mesmo pela sua participação  
138 relevante como tomador de projetos regionais, envolvendo toda a bacia. Dessa

139 forma por consenso aprovaram o encaminhamento da Deliberação para  
140 plenária do comitê.

141 Pelo item 3) Manifestação sobre o EIA-RIMA do Loteamento Misto Ecivitas  
142 Smart City, André esclareceu que, pelo tamanho e complexidade do  
143 empreendimento, já realizaram duas reuniões, e também já foi apresentado o  
144 EIA-Rima, porém na última reunião alguns moradores, notadamente de  
145 condomínios próximos ao Loteamento, objeto da análise, compareceram à  
146 reunião trazendo como reclamação principal que não foram atendidos pelo  
147 SAAE de Sorocaba para o abastecimento de água de seu condomínio, o  
148 abastecimento se dá por poços, porém o novo empreendimento será  
149 abastecido pelo SAAE, o que foi tema inclusive de reunião recente na própria  
150 CTPLAGRHI, manifestação sobre o abastecimento de água do Condomínio  
151 Portal do Sabiá em Araçoiaba da Serra.

152 Também outras questões de impacto foram consideradas, como o aumento  
153 significativo no tráfego de veículos. Ainda na última reunião as questões mais  
154 relevantes levantadas foram o potencial aumento da população fomentado pelo  
155 empreendimento, com mais de 5000 lotes residenciais, o que foi classificando  
156 como "quase uma nova cidade", trazendo aproximadamente 40.000 pessoas,  
157 ainda que nem todas oriundas de fora da cidade, considerando as realocações  
158 dentro do município, porém Sorocaba situa-se em uma região que já possui  
159 déficit hídrico, sem reais perspectivas no curto-médio prazo para aumento de  
160 captação de água, e para captação do rio Sorocaba a água provém da represa  
161 Itupararanga, considerada como "a caixa d'água de Sorocaba e região".  
162 Permanecendo as questões levantadas na última reunião, ainda outras não  
163 diretamente ligadas às águas devem ser consideradas, como o aumento do  
164 tráfego de veículos, e o empreendimento servir como atração para vinda de  
165 outros empreendimentos. James Martins (FABH-SMT) disse que alguns itens  
166 deveriam ter sido modificados e Katia representando a empresa interessada

167 pelo empreendimento Loteamento misto Ecivitas Smart City, disse que  
168 modificaram e enviaram. Relembrou que se trata de um empreendimento  
169 misto, com área aproximadamente de 512 hectares aproximadamente 5  
170 milhões m2, localizado na zona oeste de Sorocaba, previsto como zona de  
171 expansão, ZR3, pelo Plano diretor municipal, circundado por corredores de  
172 circulação rápida, com acesso principal pela estrada de George Oeterer, em  
173 continuidade pela estrada de Ipatinga, planejado para ser totalmente  
174 implantado em aproximadamente 20 anos, dividido em 8 etapas sequenciais,  
175 além de ser dividido em 5.158 lotes estritamente residenciais, outros  
176 estritamente comerciais e no restante misto. Esclareceu sobre as questões  
177 viárias, de trânsito, pelo acordo estabelecido com a prefeitura. Cláudio  
178 considerou que o empreendimento era enorme, 5 milhões de m2, e perguntou  
179 o que foi considerado para sua capacidade, Katia esclareceu que foram feitos  
180 estudos estimativos, foi considerada a verticalização, e se apoiaram nos dados  
181 do IBGE. Cláudio disse que o empreendimento aumentaria as vias de acesso à  
182 capital e também agravaria as questões de drenagem trazendo prejuízos para  
183 o rio Sorocaba, como principal receptor, porque pela sua natureza é um rio de  
184 pouca velocidade e, inclusive porque não se tratava do único empreendimento,  
185 havia por exemplo outro empreendimento com cerca de 700 alqueires, em  
186 lançamento. Disse que era necessário serem mais contundentes em curto  
187 prazo, preocupado com o colapso de abastecimento de água em Sorocaba.  
188 Katia ressaltou que a área estava prevista como área de crescimento, prevista  
189 tanto no Plano diretor como no Plano de água e esgoto do município. André  
190 disse "evidentemente vocês estão dentro da lei, está tudo certinho, não tem  
191 como falar do empreendimento. Discutimos uma questão mais ampla, sobre  
192 como ter mais água na cidade. Vocês estão realizando o empreendimento em  
193 um local definido como área de expansão da cidade, e o nosso papel no  
194 Comitê é alertar aos órgãos de licenciamento sobre o problema, não temos a

195 incumbência de falar “não”, mas nosso parecer alerta que Sorocaba já está em  
196 situação de estresse hídrico, com problemas de abastecimento em algumas  
197 regiões, principalmente na zona norte porque aproximadamente toda a água é  
198 tratada em uma região e distribuída para o restante, então o município tem uma  
199 série de questões mal resolvidas que não tem a ver com a empresa e o  
200 empreendimento, mas acaba tornando esse empreendimento preocupante  
201 para a maior parte da população, ou pelo menos para a população participante  
202 e a Câmara de Vereadores, então vocês têm que saber que existe esse  
203 problema." Que evidentemente o empreendedor levou em consideração as  
204 facilidades de acesso para São Paulo e inclusive previsões de melhorias  
205 viárias, porém o Plano diretor foi elaborado na ideia da expansão, mas a região  
206 já estava com estresse hídrico, e perguntou "como isso será resolvido? Na  
207 verdade não conseguimos resolver, nem vocês, mas nosso papel é alertar,  
208 essa ocupação, aproximadamente mais 40.000 pessoas na região vai  
209 sobrecarregar o sistema de abastecimento, que já está no limite de  
210 abastecimento, sem fontes para buscar mais água para compor o aumento da  
211 demanda, são problemáticas todas as outras fontes." Acrescentou que o  
212 problema é praticamente o mesmo nas todas regiões metropolitanas, e até  
213 mesmo se trata de um problema global. Também pediu atenção para a questão  
214 da supressão de árvores isoladas. Katia esclareceu que o projeto não prevê  
215 supressão de vegetação, mas por conta de exigências da prefeitura referente a  
216 acessibilidade para implantação de acessos viários, de utilidade pública, e que  
217 foi realizada inclusive por conta do empreendedor, que assumiu o papel, mas  
218 que caberia à prefeitura, haverá supressão de vegetação, em torno de 1,5  
219 hectares, com compensação ambiental. André disse que a área podia ser  
220 pequena, mas gerava grande preocupação no município que tem menos de 3%  
221 de cobertura vegetal. O representante do empreendedor comentou também  
222 sobre cortes de árvores isoladas para a implantação do empreendimento na

223 área que, de toda forma, atendendo a legislação estavam previstas  
224 compensações ambientais, sendo que a legislação municipal Sorocaba é bem  
225 restritiva, prevendo inclusive plantio de espécies exóticas. Enquanto na área do  
226 empreendimento existem mais de 2000 árvores isoladas, estando prevista a  
227 derrubada de 1600, mas os cálculos geram a compensação de 35.000 árvores  
228 plantadas na grande maioria revejetando a APP do córrego Fioravante, com  
229 uma parte maior de mata atlântica e uma menor cerrado, no total representa  
230 compensação de 8,6 hectares. Citou também que a legislação para  
231 recuperação em áreas degradadas pelo sistema implantado exige  
232 acompanhamento contínuo anualmente e, até por 20 anos, do primeiro ao  
233 terceiro ano de depois no 5º, 10º, 20º, e ao final se não estiver satisfatório pode  
234 ser prolongado a critério do órgão ambiental. André perguntou se o plantio  
235 seria já de saída ou por etapas. Katia disse que acreditava que a questão seria  
236 acordada com a CETESB, porque a implantação do empreendimento se daria  
237 por fases. Na sequência os participantes entraram em debates questionando a  
238 qualidade do Plano diretor municipal, suas recorrentes alterações,  
239 transformando-o em uma verdadeira colcha de retalhos. Katia disse que se o  
240 projeto contrariasse a legislação municipal não seria aprovado, e que está  
241 inclusive adequadamente previsto no Plano diretor de água e esgoto do  
242 município, e até mesmo o empreendedor firmou consórcio com outros  
243 empreendedores para realizar obras de esgotamento e abastecimento, em  
244 compromisso com o SAAE Sorocaba, entregando as obras sem ônus ao  
245 município, beneficiando não somente o empreendimento, mas a área. André  
246 disse, como havia sido abordado na última reunião da Câmara, que a  
247 preocupação se justifica, pois não adianta ter rede de abastecimento se não há  
248 água para a rede. A resposta do SAAE Sorocaba é a ETA Vitória Régia, que  
249 pode trazer melhorias na distribuição, mas não vai aumentar o volume d'água,  
250 inclusive porque o rio Sorocaba não suporta duas grandes outorgas para

251 retirada de água. A ETA não iria aumentar o volume d'água e o papel da  
252 Câmara, como órgão técnico do comitê, é deixar claro para a população os  
253 impactos ambientais. Cláudio lembrou também de uma questão muito  
254 importante, o índice de perdas da água. André disse que a nova ETA talvez  
255 melhorasse a questão das perdas, e também que o Plano de bacia do comitê  
256 define a bacia como crítica para o abastecimento de água, o que deve constar  
257 do parecer da CTPLAGRHI, também podem considerar a questão do déficit de  
258 APP na bacia como um todo, além de indicar algumas questões não  
259 diretamente ligadas à água, mas de relevante importância de interface, e até  
260 mesmo para trazer a informação clara para a população da bacia, práticas que  
261 vêm sendo adotadas nos pareceres da Câmara. Katia ressaltou que a  
262 revegetação é um ganho para a região. André perguntou se haveria mais  
263 algum item que deveriam considerar como importante para constar do parecer.  
264 Na questão da drenagem o empreendedor esclareceu que possíveis zonas  
265 industriais estariam adequadas à zona permitida, sendo considerada no  
266 dimensionamento da rede tanto do abastecimento como para o esgotamento.  
267 André perguntou se toda drenagem fluía para o rio Itanguá. Katia disse que  
268 estaria dividida, primeiramente amortecida pelos barramentos, com a devida  
269 adequação, até por conta da vazão contribuinte. O engenheiro Bruno  
270 complementou que a porção central demandaria a maior parte da drenagem,  
271 prevendo três retenções, inclusive diminuindo o impacto na canalização,  
272 considerando também pequena contribuição a montante antes do  
273 empreendimento. Cláudio alertou sobre impactos não devidamente analisados,  
274 principalmente pelo poder municipal, citando a questão da drenagem, a  
275 transposição das águas, a enorme quantidade de águas transpostas. André  
276 perguntou se o esgotamento seria tratado na ETE Itangua. Foi confirmado.  
277 André questionou se a ETE teria essa capacidade adicional de tratamento,  
278 portanto deveria fazer parte também do parecer. Lembrou novamente que

279 deveriam dar atenção para questão da compensação ambiental devido à  
280 supressão de vegetação, que a devida compensação deveria ocorrer já  
281 inicialmente e não após a conclusão do empreendimento, posto que se dará ao  
282 longo de anos. André disse que seria importante além de propor itens  
283 relevantes no parecer, igualmente acompanharem seu cumprimento. Não  
284 havendo mais comentários agradeceu a presença do empreendedor, inclusive  
285 pela sua paciência. Katia disse que o importante era colocar com clareza e  
286 compreensão as ideias do empreendimento. André disse que em breve,  
287 considerando também as informações colhidas nas três reuniões, estaria  
288 elaborando a redação do parecer, enviando por e-mail a todos os membros,  
289 com prazo de devolutiva para sugestões, sendo parte integrante da  
290 Deliberação a ser votada na próxima reunião plenária do comitê em 12 de  
291 julho. Comunicou que seria necessário realizar outra reunião da CTPLAGRHI  
292 ainda para o final do mês de maio.

293 Tendo sido cumprida a pauta e não havendo outros assuntos André Cordeiro,  
294 Coordenador da CTPLAGRHI agradeceu as presenças e encerrou a reunião.  
295 Esta ata foi taquigrafada pelo taquígrafo Dartan Gravina.